

**CONECTIVIDADE, DEMOCRATIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS:
SOBRE O PROJETO PIAUÍ CONECTADO E EDUCAÇÃO DO CAMPO.**

*CONNECTIVITY, DEMOCRATIZATION, AND EDUCATIONAL PUBLIC POLICIES:
ON THE PIAUÍ CONECTADO PROJECT AND RURAL EDUCATION.*

Cláudia Passador¹.

Sônia Jaconi².

Clasificación PUBLINDEX-MINCIENCIA: Artículo de Investigación.

Recibido: Noviembre 2023

Aceptado: Enero 2024

Resumo

O uso das novas tecnologias na educação é uma realidade que transforma as práticas pedagógicas, as interações sociais e o modo da relação dos sujeitos com a geografia e a cultura. Observar políticas públicas educacionais que favorecem o acesso e a democratização das novas tecnologias no âmbito escolar é objetivo deste estudo que, inicialmente, apresenta uma revisão sistemática de literatura sobre educação do campo e tecnologias educacionais no período da pandemia e, em seguida, identifica

1. Claudia Passador Universidade de São Paulo, Brasil. Professora Titular do Departamento de Administração (FEA-RP/USP), Brasil Embaixadora da Ciência Aberta da USP Coordenadora do Centro de Estudos em Gestão e Políticas Públicas do Instituto de Estudos Avançados da USP (GPUBLIC/IEA/USP) Presidente da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP) Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, Brasil Mestre em Administração Pública e Governo FGV/EAESP, Brasil ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9333-563X> Email: cspassador@usp.br

2. Sônia Jaconi Pesquisadora Colaboradora do Instituto de Estudos Avançados da USP/Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica Doutora em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, Brasil. Estágio Doutoral em Educação e Políticas Públicas (IEA/USP) Mestre e Especialista em Letras, Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, Brasil ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1503-1910> Email: sonia.jaconi@usp.br

dados do projeto Piauí Conectado aplicado à educação, afim de conhecer seu delineamento, práticas e resultados. Para isso, a metodologia utilizada foi a revisão sistemática de literatura, do tipo *scoping review*, em que se analisou 33 artigos. As duas bases de dados consultadas foram a *Scopus* e a *Web of Science*, considerando os artigos publicados a partir da publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de dezembro de 2017 até o mês de fevereiro de 2023.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais. Educação do Campo. Tecnologias Educacionais. Projeto Piauí Conectado.

Connectivity, democratization and educational public policies: about the Piauí Connected Project and Countryside Education

Abstract

The use of new technologies in education is a reality that transforms pedagogical practices, social interactions and the way subjects relate to geography and culture. Observing public educational policies that favor access and democratization of new technologies in the school environment is the objective of this study is to initially present a systematic literature review on rural

education and educational technologies during the pandemic period, and subsequently identify data from the Piauí Conectado project as applied to education, in order to understand its design, practices, and outcomes. For this purpose, the methodology used was a systematic literature review, specifically a scoping review, in which 33 articles were analyzed. The two databases consulted were Scopus and Web of Science, considering articles published from the release of the Common National Curriculum Base (BNCC) in December 2017 through February 2023.

Keywords: Public Educational Policies. Rural Education. Educational Technologies. Piauí Connected Project.

1. Introdução

Os anos de 2020 e 2021 ganharam fama no calendário histórico da humanidade e serão lembrados como o período da pandemia. O início da crise sanitária mundial do século XXI foi em 17 de novembro de 2019, quando o primeiro caso de infecção da Covid-19, nome da doença causada pelo coronavírus SRA-CoV-2, foi registrado na província chinesa de Hubei, sendo sua capital a cidade de Wuhan. Desde então, o novo coronavírus atravessou rapidamente as fronteiras globais e mudou o *status* do mundo para contexto de pandemia.

No Brasil, o vírus chegou em pleno carnaval, quando no dia 26 de fevereiro de 2020 foi confirmado o primeiro caso de Covid-19. Desse dia até início de março de 2023 foram mais de 37.063.000 casos confirmados e mais de 699.000 mil mortes, de acordo com dados oficiais do governo federal, Brasil (2023).

O rastro que a pandemia deixou em todas as áreas ainda é nítido e, provavelmente, fique fossilizado na história da humanidade. Separar uma dessas áreas para observar o impacto dessa crise sanitária é uma forma de compreender algumas questões sociais, antes pouco discutidas como, por exemplo, democratização, conectividade e políticas públicas educacionais. Neste estudo, tais assuntos serão tratados a partir do contexto da pandemia e de suas consequências, a fim de apresentar dados, sugerir recomendações e proporcionar reflexão crítica.

São objetivos deste estudo 1) apresentar uma revisão de literatura da educação do campo e o acesso às tecnologias educacionais no período da pandemia, 2) apresentar dados sobre a educação brasileira durante a pandemia e 3) contextualizar o Projeto Piauí Conectado como uma política pública que se propõe a promover a equidade social e educacional, através da conectividade em todos os municípios do Estado.

A metodologia utilizada foi a revisão sistemática de literatura, do tipo scoping review, em que se analisou 33 artigos. As duas bases de dados consultadas foram a Scopus e a Web of Science, considerando os artigos publicados a partir da publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de dezembro de 2017 até fevereiro de 2023, seguida da análise documental sobre o Projeto Piauí conectado.

2. A educação brasileira no contexto da pandemia (2020-2021)

Difícilmente um segmento social não foi impactado severamente pela pandemia da Covid-19 e não sofreu algum tipo de prejuízo. No cenário da educação formal, os dados divulgados pelo Censo Escolar 2021, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), revelam que as escolas públicas do Brasil tiveram uma média de 287 dias de suspensão das atividades presenciais de ensino-aprendizagem, no ano letivo de 2020.

No contexto das escolas privadas, a média foi de 248 dias de suspensão das atividades presenciais, Inep (2021). Tais dados apontam que a média de dias de suspensão das atividades presenciais em 2020, tanto nas escolas públicas quanto nas privadas do Brasil, superou o mínimo de 200 dias letivos exigidos por lei, o

que significa dizer que esse quantitativo equivale a 1 (um) ano letivo completo e mais 43,5% do ano letivo seguinte.

O número nacional é maior do que os apresentados em países vizinhos como o Paraguai (média de 224 dias), Argentina (média de 154 dias) e Chile (média de 98 dias). Se levar essa comparação para o contexto europeu, percebe-se uma diferença ainda maior em relação aos números do Brasil. Na Itália a média foi de 91 dias de suspensão das atividades presenciais, em Portugal média de 84 dias e na Espanha média de 70 dias. Na China, local de origem do novo coronavírus, a média foi de 63 dias.

Outro dado significativo que o Censo Escolar 2021 apresenta, diz respeito às estratégias de comunicação e apoio tecnológico disponibilizados aos estudantes das escolas públicas estaduais e municipais para a continuidade das atividades pedagógicas, durante a suspensão das aulas presenciais por conta da pandemia.

Observa-se que apenas 1.192 escolas estaduais e 2.157 escolas municipais conseguiram ofertar acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio, durante a suspensão das aulas presenciais.

Nesse item, nota-se uma situação melhor em relação à apresentada na tabela 1, são 6.735 de escolas estaduais e 4.639 de escolas municipais que disponibilizaram equipamentos para uso do aluno.

O documento também divulga o percentual de escolas por estratégia e ferramenta adotada no desenvolvimento das atividades de ensino- aprendizagem com os estudantes, no período de suspensão das aulas presenciais.

Neste ponto, 18.864 escolas estaduais e 29.564 escolas municipais realizaram aulas ao vivo com mediação. Foram números melhores em relação aos apresentados nas tabelas 1 e 2.

Nota-se que, mesmo nas escolas estaduais onde o percentual é maior que 50%, muitos alunos das escolas públicas não tiveram a oportunidade de acesso às aulas mediadas pela internet. Esse retrato aponta, além de prejuízos no processo de ensino-aprendizagem, aumento no hiato da desigualdade social e na exclusão tecnológica por razão da falta de conectividade.

Além das estratégias acima, outras foram utilizadas para manter o processo de ensino-aprendizagem, como a distribuição de materiais impressos (95,3% das escolas estaduais e 94,1% das municipais), disponibilização de aulas gravadas e de materiais na internet, etc., conforme Censo Escolar 2021.

2.1 Conectividade na Educação do Campo: conjunturas

No cenário da América Latina, as desigualdades sociais e econômicas são uma realidade histórica onde crianças e

jovens em idade escolar e que pertencem à classe social baixa ficam à margem de espaços e recursos tecnológicos. Essa constatação revela a questão da exclusão digital, que poder ser compreendida como “todo um contexto que impede a maior parte das pessoas de participar dos benefícios das novas tecnologias (SPAGNOLO, 2003).

Nas circunstâncias do Brasil, pesquisa realizada pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em abril de 2020, revela que 25% da população brasileira não têm acesso à internet, isso representa um quarto da população. Nas áreas rurais este índice é de quase 54%

Tabela 1 - Acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio – Brasil/2020

Dependência Administrativa	(%)	Número de Escolas
Escolas Estaduais	4	29.802
Escolas Municipais	2	107.899

Fonte dados: Inep/Censo 2020
Elaboração tabela: autoras

Tabela 2 - Disponibilização de equipamentos para uso do aluno (computador, notebook, smartphone, etc.)

Dependência Administrativa	(%)	Número de Escolas
Escolas Estaduais	22,6	29.802
Escolas Municipais	4,3	107.899

Tabela 3 - Realização de aulas ao vivo (síncronas) mediadas pela internet e com possibilidade de interação direta entre os alunos e professores

Esfera Administrativa	(%)	Número de Escolas
Escolas Estaduais	63,3	29.802
Escolas Municipais	27,4	107.899

Fonte dados: Inep/Censo 2020
Elaboração tabela: autoras

de moradores que não têm acesso à internet, enquanto que em áreas urbanas é de 20%.

De forma gradativa, observa-se que a conectividade é necessária para o desenvolvimento e permanência das atividades humanas, uma vez que os setores sociais (econômico, educacional, cultural, etc.) estão inseridos no universo das tecnologias digitais e da internet.

É importante registrar, mesmo que brevemente, que a compreensão de conectividade segue o mesmo sentido de conectividade significativa defendido por Nathalia Foditsch, advogada e especialista em política e regulação da tecnologia e das comunicações, quando diz:

Conectividade significativa é estabelecer parâmetros mínimos de conectividade a que as pessoas tenham direito. Há grande parte da população mundial que acessa a internet sem ter dados suficientes para o mês inteiro, ou com velocidades aquém do necessário, ou tendo que compartilhar dispositivos. Ao saber quais são as velocidades e a quantidade de dados mínima, assim como com quais dispositivos ou com qual frequência as pessoas devem se conectar, governos podem estabelecer políticas compatíveis com estes parâmetros, (Foditsch, 2023).

Corroborando com esse entendimento, a diretora do Instituto de Referência em Internet e Sociedade (IRIS), Paloma Rocillo, acrescenta:

A ideia da conectividade é elevar o sentido do que seria o acesso à Internet. Isso abrange uma combinação de quatro elementos: acesso regular à Internet e diário, utilização de um dispositivo apropriado, dados suficientes para navegação e acesso a uma banda de conectividade ilimitada e acesso a uma velocidade aceitável. (Rocillo, 2023)

Trazer a compreensão desse termo é importante, pois ajuda a perceber que está conectado de vez em quando não significa ter conectividade e, tão pouco, conseguir se conectar não garante acesso de qualidade ao conteúdo de interesse como, por exemplo, assistir uma aula.

Da mesma forma, expor a definição de Educação do Campo ajuda na compreensão desta proposta de educação, uma vez que não é raro se deparar com alguma confusão em seu entendimento. A ideia aqui não é fazer uma exposição histórica dessa expressão, mas apenas registrar o conceito de Educação do Campo, na atualidade.

De acordo com Kolling, Nery e Molina:

Mas quando se discutir a educação do campo se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. (1999, p. 27)

Esse trato dado à Educação do Campo pelos autores evidencia, principalmente, os sujeitos que ocupam os territórios rurais e frequentam as escolas dessas localidades.

Para Maria Antônia de Souza, doutora em educação e professora da Universidade Tuiuti do Paraná, “Educação do campo expressa a ideologia e força dos movimentos sociais do campo, na busca por uma educação pública que valorize a identidade e a cultura dos povos do campo, numa perspectiva de formação humana e de desenvolvimento local sustentável” (SOUZA, 2008).

Apesar da ligeireza na apresentação dessas definições, serve para avançar no entendimento sobre os dados da conectividade rural, apontados pelo IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura):

A mudança tecnológica no âmbito rural tem contribuído para aumentar os níveis de produtividade dos cultivos nas regiões mais atrasadas, de modo que a conectividade tem um grande potencial para, por exemplo, contribuir para a transparência de preços na cadeia; facilitar a inclusão de mulheres e jovens aos processos produtivos. Em síntese, o avanço da conectividade poderia combater o círculo vicioso que hoje gera insegurança, pobreza e emigração. (p. 12, 2020).

Quando os dados sobre conectividade são levados para o cenário da educação, a questão da exclusão digital torna-se mais evidente, uma vez que o acesso

aos recursos digitais e à internet não são uma realidade para muitos estudantes, principalmente, para aqueles que moram em periferias ou zonas rurais e estudam em escolas públicas.

Segundo Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica 2021, disponibilizado pela Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 56,4% das escolas municipais do Brasil têm acesso à internet banda larga e nas estaduais o percentual é de 76,1%. Quando se olha para o contexto das escolas privadas do país, esse número chega a quase 90% das escolas com acesso à banda larga (89,5%). Nos dados por região, observa-se que a Norte tem 34,8%, a Nordeste 59,6%, a Sudeste (83,4%), a Sul (78,9%) e a Centro Oeste (85,6%) de escolas de ensino fundamental com acesso à internet banda larga. As regiões Norte e Nordeste apresentam percentuais bem inferiores em relação às outras três regiões, principalmente quando são comparadas com a Centro Oeste.

No contexto rural brasileiro, de acordo com relatório IICA (2019), pouco mais de 30% dos lares da zona rural têm acesso à internet e, “em relação ao acesso a dispositivos, as estatísticas nacionais mostram profundas diferenças entre o meio rural e o urbano: 43% das escolas das zonas rurais dispõe de computadores,

em comparação com 97% nas zonas urbanas”.

O distanciamento entre as duas zonas, urbana e rural, no item conectividade, impede um desenvolvimento local mais sustentável e inovador para o contexto do campo.

Estudo realizado pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), sobre os principais desafios enfrentados pelas escolas no período da pandemia, apontou a falta de acesso à internet como a principal dificuldade dos alunos da rede pública para a manutenção dos estudos. A pesquisa contou com a participação de 3.672 cidade brasileiras, ou seja, com quase 67% dos municípios do país, e revelou que a maioria dessas regiões não podia depender dos recursos de acesso à internet para manter o processo de ensino e aprendizagem.

3. Identificando políticas públicas educacionais: projeto Piauí Conectado

Evidenciar a Projeto Piauí Conectado neste estudo é uma forma de identificar experiências e consolidação de políticas públicas educacionais que favorecem o acesso e a democratização da internet à população.

No ano de 2012, o Estado do Piauí ocupava o penúltimo lugar na classificação nacional da inclusão digital, segundo o Mapa de Inclusão digital divulgado no mês de maio daquele ano, pela Fundação Getúlio Varga. De acordo com o levantamento, apenas 12,87% dos domicílios piauienses estavam conectados à internet (computador com internet). Quase onze anos após essa constatação, nota-se que a realidade atual contrasta daquela divulgada em 2012.

3.1 Piauí Conectado na Comunidade Mimبó



Fig. 3 Comunidade Quilombo Mimبó – Fonte: http://www.ppp.pi.gov.br/pppteste/wp-content/uploads/2022/07/ATI_CONT_01-2018_Relat%C3%B3rio-Trimestral-CMOG_PIAUI_CONECTADO.pdf

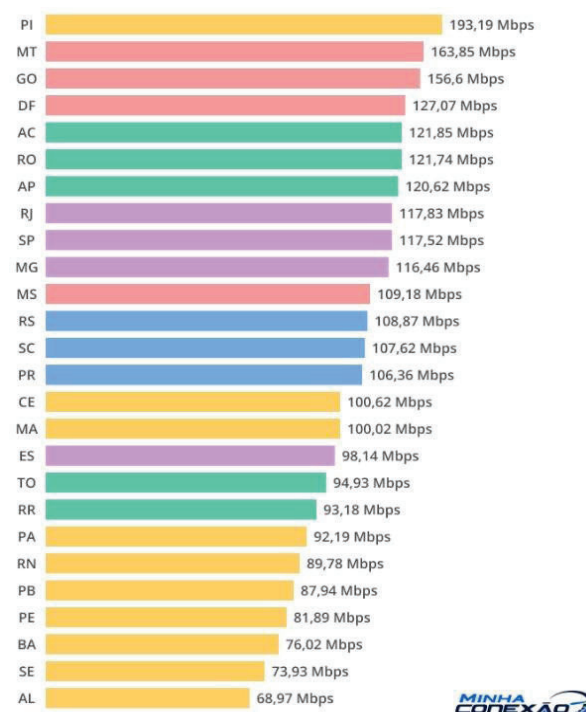
Em fevereiro de 2023, o Piauí foi considerado o estado com maior velocidade de internet no Brasil, com velocidade média de 193,19 Mbps, segundo ranking divulgado pela plataforma Minha Conexão.

De acordo com dados divulgados pelo governo do Estado do Piauí, essa transformação foi impulsionada pelo Projeto Piauí Conectado que se consolidou como uma política pública de estado com o objetivo de universalizar e democratizar o acesso à internet.

O projeto Piauí Conectado consiste em uma rede pública de internet contratada pelo Estado do Piauí através de uma Parceria Pública-Privada (PPP), com o objetivo de implantar rede de fibra ótica de qualidade e com baixo custo para a população nas áreas de educação, saúde e segurança.

Esse projeto iniciou no ano de 2018 quando a companhia Globaltask Tecnologia e Gestão S/A venceu a licitação para executar, operar e manter a atualização tecnológica da estrutura e equipamentos. Sua elaboração foi realizada pela Superintendência de Parcerias e Concessões (Suparc) e planejado para ser realizado em três fases, sendo as duas primeiras voltadas para a contemplação gradativa dos 224 municípios do Estado, e a última fase para a disponibilização da venda de banda larga para pequenos provedores de internet e outros órgãos não ligados à esfera da administração pública estadual.

Fig. 1 Estados com a melhor e a pior velocidade de internet no Brasil (1º sem/2023)



Fonte: <https://www.minhaconexao.com.br/ranking>

O valor calculado do investimento para a viabilização do projeto, ao longo de 30 anos, é de R\$214.055.786,65, vindo integralmente da iniciativa privada.

Na segunda fase do projeto (a de expansão) as primeiras cidades contempladas foram Campo Maior (território piloto), Castelo do Piauí, Miguel Alves, São João da Serra, Domingos Mourão, Jatobá do Piauí, Assunção do Piauí, Beneditinos, Buriti dos Montes, São João da Fronteira e Porto. Entre os meses de outubro a dezembro de 2022 todos os municípios do Estados passaram a ser atendidos pelo projeto, sendo as cidades de Barreiras do

Piauí e Aroeiras do Itaim as últimas contempladas.

O impacto na área de educação, de acordo com o Relatório de Execução do Projeto Piauí Conectado, os PAGs (Pontos de Acesso do Governo) passou a oferecer “a professores e alunos uma ferramenta poderosa a favor do ensino, contribuindo para o aprendizado e desenvolvimento cognitivo.

No ano de 2022 foram aproximadamente 220 mil alunos da rede pública estadual beneficiados”. “É um projeto que se destaca pela redução das desigualdades, inclusão digital, conexão segura e de qualidade, mas principalmente por contribuir para uma melhor distribuição do desenvolvimento do Estado”, declarou Viviane Moura, superintendente de Parcerias e Concessões do Estado (SUPARC).

Mimbó é uma comunidade quilombola localizada na zona de Amarante - PI,

aproximadamente 170km de Teresina, com pouco mais de dois séculos de existência (203 anos). Sua população é de 600 moradores, entre eles crianças e jovens em idade escolar. Em 27 de março de 2022, a concessionária do projeto Piauí Conectado levou à comunidade 05 pontos de internet de acesso público e em 66 casas com estudantes, transformando-a na primeira comunidade quilombola do Brasil a contar com o serviço de fibra óptica de banda larga gratuita.

Na ocasião, o projeto distribuiu 98 tablets para as crianças acima de 5 anos matriculadas na escola e seus professores. Desde a implementação do projeto nessa comunidade, já são cinco pontos de Wi-Fi gratuito, todos os professores possuem tablets conectados, assim como as residências dos alunos. Para a líder comunitária, Marta Paixão:

O Mimbó Conectado veio para mudar nossa realidade, e nesse primeiro ano já são

Poder Concedente: Agência de Tecnologia do Estado do Piauí – ATI.
Concessionária: SPE Piauí Conectado.
Objeto do contrato: concessão para construção, operação e manutenção de infraestrutura de transporte de dados, voz e imagem, incluindo serviços associados para o Governo do Estado do Piauí.
Assinatura do Contrato: 22/10/2018.
Prazo de Concessão: 30 anos.
Investimento Estimado: R\$ 214.055.786,65 + R\$ 182.822.343,42 (Projeto de Expansão).
Economia do Estado: R\$ 128.950.000,00.

Fig. 2 - Dados gerais do contrato (síntese)

nítidas as mudanças em nosso quilombo, seja na ampliação das oportunidades por meio da qualificação profissional, seja por meio do fomento da economia local, onde por meio da internet vendemos os produtos desenvolvidos por nossas artesãs na loja Mimbó Artesanato, (Paixão, 2023).

4. Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo foi a revisão sistemática de literatura, do tipo *scoping review*, em que se analisou 33 artigos, além da análise documental relativa ao projeto Piauí Conectado. As duas bases de dados consultadas foram a *Scopus* e a *Web of Science*, considerando os artigos publicados a partir da publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dezembro de 2017 até 2023.

Quanto às diretrizes, o estudo seguiu as do *Joanna Briggs Institute* (JBI). Das opções de metodologia apontadas pelo instituto, a eleita foi *Scoping Review*, que compreende em levantar evidências de pesquisas publicadas para o entendimento de determinado campo.

As buscas nas bases de dados foram realizadas com as variáveis População, Conceito e Contexto (PCC) de uma *Scoping Review*. Sobre essas compreende População a um indivíduo, grupo ou a um problema a ser estudado; Conceito é o assunto atrelado ao indivíduo

ou ao problema estudado; e Contexto são os fatores ambientes, geográficos, culturais ou situacionais que o grupo ou problema estudado está inserido (JBI, 2019). Os termos definidos foram:

* População: políticas públicas educacionais

* Contexto: tecnologia educacional

* Conceito: educação do campo.

As palavras-chaves definidas foram educação do campo, tecnologia educacional e políticas públicas educacionais.

Os critérios para a seleção dos artigos foram: artigos disponíveis nas duas bases de dados eleitas, artigos completos e disponíveis nos idiomas Português e/ou inglês, trabalhos publicados entre os anos de 2018 e 2023. O recorte desse período se justifica devido ao marco legal definido – a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro 2017. Quanto ao critério de exclusão, documentos sem relação com o tema educação do campo e fora do período definido não foram contemplados.

4.1 Base de Dados Scopus

Na base de dados *Scopus* foram encontrados 140 artigos na busca geral, passando para 74 artigos quando restrito ao marco legal definido, depois diminuindo para 65 filtrado por Ciência Sociais, 61 quando o filtro passou a ser o

tipo de documento “artigo” e, finalmente, quando inserido os descritores definidos apareceram 20 artigos. Estes foram os descritores: “educação-rural”, “educação do campo”, “pedagogia de alternância”, “escola família agrícola”, “cursos de licenciaturas em educação para áreas rurais”, “educação para áreas rurais”, “educação agrícola e rural” e “escolas rurais”.

4.2 Base de Dados Web of Science

No banco de dados da Web of Science apareceram 647 documentos na busca geral, 540 dentro do período demarcado, 14 publicados na área de Ciências Sociais e 13 que efetivamente tratam o tema educação do campo. Nesta base, não foi possível realizar uma busca com descritores concomitantes, limitando-se ao descritor “educação do campo”. Após a seleção nas duas bases de dados, 33 artigos foram analisados no presente estudo.

Quanto a análise documental, realizou-se verificação de informações sobre o projeto Piauí Conectado através de atas das reuniões iniciais, editais, avisos, relatórios e informações disponibilizadas no portal do projeto, afim de conhecer o histórico, o processo, as etapas e os resultados alcançados em cada fase.

5. Informações de publicação e procedimentos metodológicos

Foram analisadas as informações básicas dos artigos, tais como *journals* de publicação, ano de publicação, abordagem metodológica, instrumentos de coleta de dados, abrangência geográfica e escopo. Para facilitar a organização do texto, optou-se em apresentar os dados por base consultada.

5.1 Base de dados Scopus

Na base de dados *Scopus*, ao verificar as revistas de publicação dos 20 artigos selecionados, observou-se que houve concentração de publicação em 3 revistas, de um total de 10 periódicos em que as publicações aparecem. Dos 20 artigos publicados, 4 aparecem na revista “Arquivos de Análise de Políticas Educacionais”, 3 na revista “Educação e Sociedade”, 3 na “Práxis Educativa”, e 10 artigos aparecem distribuídos igualmente em outros 7 periódicos (1 artigo em cada revista). Os 20 artigos analisados aparecem na área de Ciências Sociais e, desses, 19 estão publicados em Língua Portuguesa e 1 em Inglês.

As publicações datam com início em 2018, apresentando número estável de publicação em 2018 (3 artigos), 2019 (3 artigos), 2020 (5 artigos), 2021 (6 artigos), 2022 (3).

Os temas dos artigos publicados em 2022 foram Educação Ambiental do Campo, Currículo de Formação do Professor de Línguas da Educação do Campo e Movimentos Sociais - práxis política e inclusão na Educação.

No ano de 2021, 4 artigos (66% das publicações) falam sobre: Paulo Freire e seu legado para a educação do campo, 1 artigo aborda o tema das novas tecnologias no contexto da educação rural e 1 artigo apresenta o inventário da realidade de duas escolas ruais do município de Londrina – Paraná.

Observando a predominância de Paulo Freire nos artigos publicados em 2021, percebe-se que as comemorações do centenário do pedagogo favoreceram tal predomínio.

Em 2020 os temas que ganharam destaque nas publicações foram: a Base Nacional Comum Curricular e a educação do campo (1), o acesso dos indígenas à educação do campo (1), a educação escolar quilombola na perspectiva do homem do campo (1), a relação entre educação do campo e agroecologia (1) e políticas públicas de educação do campo (1).

Quanto aos artigos publicados em 2019, os temas privilegiados foram: “a produção do conhecimento nos cursos de licenciatura em educação do campo” (1), “políticas públicas de educação do campo” (1) e “formação de professores em educação do campo” (1).

Nas publicações em 2018 os temas dos artigos foram: “pedagogia de alternância nos Projetos Políticos Pedagógicos – PPP’s” (1), “a educação do campo no Plano Nacional de Educação – PNE” (1), “a construção do Programa Nacional de Educação do Campo – Pronacampo” (1).

Na observação sobre os procedimentos metodológicos dos artigos selecionados, percebeu-se que a natureza bibliográfica e documental é predominante e a abordagem qualitativa está na totalidade dos artigos analisados.

Em seguida, buscou-se informações sobre os instrumentos de coleta de dados, tais como entrevista, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, questionário, experimento/intervenção, banco de dados primários e secundários.

Verificou-se que a ferramenta mais utilizada para coleta de dados foi o uso de banco de dados secundários (14 artigos), normalmente dados bibliográficos e documentais. A maioria dos dados secundários apresenta abordagem qualitativa. A narrativa biográfica apareceu em 2 artigos e o uso de instrumentos (inventário da realidade) foi utilizado em 1 artigo.

Quando o presente estudo olhou para a questão espacial dos textos selecionados, verificou-se que a maioria das pesquisas não tem território definido (10 artigos), que os territórios de Tocantins (3 artigos) e de Minas Gerais (3 artigos) foram os

segundos mais estudados, seguidos do Paraná (2 artigos), Amazônia (1 artigo) e Bahia (1 artigo).

5.2 Base de dados Web of Science

Nesta base de dados, a publicação dos artigos teve predominância na Revista Brasileira de Educação do Campo (12 artigos) e na Revista Educação (1 artigo).

Quanto ao idioma principal dos artigos, 7 foram publicados em Língua Portuguesa, 3 em Inglês, e 3 em Espanhol.

A data de início das publicações é 2018, apresentando um pico de publicação em 2020 (5 artigos), 2022 (4 artigos), 2021 (2 artigos), 2019 (1 artigo) e 2018 (1 artigo).

Em 2020, os temas que aparecem nas publicações são: a prática da educação do campo (1), os livros didáticos para a educação do campo (1), curso do agricultor familiar e a educação do campo (1), história da educação do campo (1) e pedagogia de alternância (1).

Em 2022, os temas dos textos foram educação remota de emergência e as barreiras, representações identitárias e a educação do campo, características pedagógicas e a educação do campo, autoeficácia acadêmica de estudantes universitários de áreas rurais do México.

No ano de 2021 foram publicados 2 artigos, sendo: 1 artigo com o tema desenvolvimento rural e educação rural na

Amazônia e 1 artigo sobre educação do campo e os estudos culturais pós-estruturalista.

Diferente do que se observou nas publicações da base de dados Scopus, no ano do centenário de Paulo Freire, na Web of Science este contexto não ganhou destaque.

Quanto aos anos de 2019 e 2018, 1 artigo foi publicado em cada período. O tema de 2019 foi “organização da escola do campo” e do de 2018 foi “escola do campo e autonomia”.

As pesquisas bibliográfica e documental foram adotadas pelos 13 artigos selecionados nesta base de dados. Sobre os instrumentos de coleta de dados, observou-se que os mais utilizados foram: livros e documentos (7 artigos), seguidos de questionários (3 artigos), entrevistas (3 artigos) e grupo focal (1 artigo).

Quando se observa o território selecionado para essas pesquisas tem-se o seguinte resultado: sem território (8 artigos), Pará (1 artigo), Mato Grosso (1 artigo) Sul da Bahia (1 artigo), Rio Grande do Sul (1 artigo), e no México (1 artigo).

6. Discussão dos resultados

Nos resultados encontrados se percebeu que a pandemia provocou, além prejuízos sanitários, sociais e econômicos, danos à educação formal,

tanto do contexto urbano quanto do rural, motivados, principalmente, pela baixa conectividade e falta de acesso à equipamentos tecnológicos. Observouse que as escolas públicas e privadas do Brasil tiveram uma média de dias de suspensão das atividades presenciais de ensino-aprendizagem, no ano letivo de 2020, superior aos países vizinhos, Argentina, Chile e Paraguai. A diferença nessa média aumenta quando a comparação é feita entre o Brasil e países da Europa com Portugal, Espanha, Itália. Tal constatação sugere que, além de prejuízos pedagógicos e sociais, atos administrativos e políticos frágeis.

O estudo revelou que uma parcela pequena de alunos da rede pública de ensino (escolas estaduais e municipais) tem acesso à internet gratuita em suas residências e à equipamentos tecnológicos, que favorecem o processo de ensino-aprendizagem. Constatou-se que uma parcela elevada de alunos da educação básica de escolas públicas não teve a oportunidade de acesso às aulas mediadas pela internet, com possibilidade de interação direta entre aluno e professor, ou com transmissão ao vivo, durante a pandemia.

Verificouse que nas áreas rurais o índice é de quase 54% de moradores sem acesso à internet, enquanto que em áreas urbanas é de 20%. Em relação às escolas das zonas rurais,

apenas 43% dispõe de computadores, em comparação com 97% nas zonas urbanas. Percebeu-se, também, a carência de pesquisas que tratam da educação do campo e conectividade, de forma mais ampla. Dos artigos analisados, apenas 1 aborda o tema tecnologia nas escolas do campo, apresentando dados sobre a formação docente e o letramento das novas tecnologias.

Notou-se que o Projeto Piauí Conectado vem se mostrando uma experiência exitosa no processo de inclusão digital e na transformação da realidade de comunidades e municípios que estavam fora do acesso às novas tecnologias. Através da Parceria Público Privada (PPP), o Estado do Piauí deu um salto no ranking da inclusão digital saindo do penúltimo lugar para ocupar o primeiro lugar de Estado com internet mais rápida do país.

6.1 Síntese dos Resultados

Para concluir a análise, são apresentadas as recomendações dos artigos selecionados, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Recomendações para programas e políticas públicas voltadas à Educação do Campo

Recomendações	Referências
Prover a infraestrutura de acesso às tecnologias digitais e a Internet.	ARAUJO, Adriane Matos de MATTOS; GUIMARÃES, Carmen Lúcia de. 2018
Valorizar o legado freiriano na formação de professores(as) do campo.	ALMEIDA, Sara Ferreira de; BARCELOS, Daiane Cenachi; GOMES, Danila Ribeiro. 2021.
Debater sobre a participação dos movimentos sociais.	ASSUNÇÃO, Adenilson dos Santos, 2020.
Promover a relação entre os colégios de Agroecologia e comunidade. Constituir a Agroecologia como tema da educação básica do campo. Analisar as práticas agrícolas e as consequências – ambientais, sociais, econômicas e culturais, nas escolas. Promover experiências agroecológicas em curso nos assentamentos.	BORGES, Marizete; MARCELITES Elder José e FINATTO, Roberto Antônio. 2020.
Promover a universalização da conectividade e divulgação das tecnologias digitais. Incorporar nos registros estatísticos a diferenciação entre o setor urbano e o rural. Desonerar o conjunto de pequenas empresas e cooperativas que fornecem conexão a áreas rurais. Conhecer a situação da qualidade da conectividade nos territórios rurais.	BOSIO, Matías; CAMACHO, Kemly; SEGURA, Joaquín Arias; ZIEGLER Sandra, 2020.

Equiparar o custo do acesso à conectividade na ruralidade aos âmbitos urbanos. Elaborar políticas públicas de conectividade rural e planos que considerem critérios socioeconômicos, geográficos, etários e de gênero. Reduzir o hiato de gênero no acesso à conectividade. Gerar conteúdo e alimentar a demanda da conectividade nos âmbitos rurais.	
Divulgar a pedagogia de Paulo Freire.	BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 2021.
Observar a realidade dos discentes universitários, sejam eles Panhíou Kupê.	BRASIL, Anderson; SILVA, Cícero da. 2020
Valorizar o modo de produção do povo quilombola do campo.	BRITO-OLIVEIRA, Niltânia; SANTOS, Arlete Ramos Dos; SANTOS, Igor Tairone Ramos dos, 2020.
Ampliar as habilidades necessárias às práticas letradas de suas novas esferas de interação.	CASTRO, Carlos Henrique Silva de, 2021.
Emergir e impor novas agendas de pesquisa e de ação política na sociedade brasileira e latino-americana.	CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; NASCIMENTO, Maycom Douglas Ferreira do. 2021.
Propor aspectos formativos nos cursos em licenciatura da Educação do Campo.	FERNANDES, Felipe Santos. 2019.
Evidenciar que o Pronacampo apresenta referenciais diferenciados.	FRANCA, Damiana de Matos Costa e FARENZA, Nalú. 2018.
Desenvolver autonomia e agir com liberdade de pensamento e ação.	FELBERG, Altemar e SILVA, Geovani de Jesus. 2018
Aprofundar a compreensão dos princípios democráticos da gestão e da organização da escola do campo.	GARSKE Lindalva Maria Novaes; CASTILHO Lucimara Afonso; CÂNDIDO, Crisnaiara. 2019

Dialogar com trabalhadores do campo e no espaço de formação básica do Projeto Pedagógico do Curso.	LOTTERMANN, Osmar e FRANTZ, Walter. 2020
Divulgar os termos da Carta Manifesto do Fonec.	LIMA, Iranete Maria da Silva; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej; SOUZA, Dilenio Dustan Lucas de. 2021
Consolidar as conquistas e abrir frentes de luta para a Educação do Campo.	MOLINA, Mônica Castagna; ANTUNES-ROCHA Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima Almeida. 2019.
Discutir sobre a constituição do Sujeito-Mãe nos livros de matemática da Educação do Campo.	NETO, Vanessa Franco e Guida, Angela Maria. 2020.
Discutir o direito educacional para a população campesina.	SANTOS, Marilene. 2018.
Divulgar o inventário da realidade nas escolas em áreas de reforma agrária.	SACHS, Línlya; ALVES Whendelly Lorena Leite. 2021
Configurar políticas públicas	VERDÉRIO, Alex e BARROS, Adriana

educacionais para o campo.	Junkerfeuerborn de. 2020
Promover políticas públicas que superem a visão dicotômica entre rural e urbano.	SILVA, Cícero da; SUARTE, Letícia Brito de Oliveira; LEITÃO, Rosângela Ribeiro de Sousa. 2019
Pesquisar sobre o entendimento das políticas públicas de educação do campo.	SILVA, Giuliano Alves Borges; LOUREDO, Fernanda de Souza Gusmão; COSTA, Frederico José Lustosa da. 2019
Conhecer mais sobre Educação do Campo.	SILVÉRIO, Leandra Domingues e ISOBRE, Rogéria Moreira Rezende. 2020
Problematizar estudos culturais e Educação do Campo.	VALADÃO, Alberto Dias; SANTOS, Keila Mariano; PINTO, Tatiane Cristina; TICO, Karla Aryella Silva. 2021.
Apresentar a Pedagogia da Alternância como alternativa à escolarização dos que vivem no e do campo.	VIZOLLI, Idemar; AIRES, Helena Quirino Porto; BARRETO, Mylena Gonçalves.

Teorizar sobre as muitas formas de barreiras que existem nas interações professor-aluno na aprendizagem remota de emergência.	Oleksandra Shevchenko, Vadym Tkachenko, Kateryna Tkachenko. 2022
Demonstrar a existência do fenômeno Tradução presente nas falas e representações dos sujeitos, sendo ele legitimado pelo currículo invisibilizador dos <i>modi vivendi e operandi</i> dos viventes do campo.	Mônica Andrade Modesto, Felipe Alex Santiago Cruz.
Aprofundar nas questões relacionadas à formação da competência sociocultural dos futuros alunos e à utilização de vínculos interdisciplinares no processo de sua formação profissional na educação do campo.	Natália Piddubna, Inna Pavlova, Oleksandr Iyevliev, Iryna Tamozhska, Natália Varga.
Conhecer as crenças dos alunos em relação aos seus estudos e sua evolução, para avaliar currículo e práticas pedagógicas.	Luis Fernando Hernández Jacquez
Reconhecer que as divergências e singularidades de reivindicações do “outro saber” dos “outros sujeitos”, é uma potencialidade do Epistemologias Ambientais do Campo que convidam à reelaboração das atividades escolares, dimensões curriculares e práticas sociais dos sujeitos que estão no e com o mundo do Campo.	Lisiane Costa Claro
Considerar que relatos e reflexões sobre experiências e aspectos de um curso marcado por práticas, expectativas, organização espaço-temporal e bases epistemológicas que se contrapõem a um modelo mais comum de formação de professores da área da linguagem no	Carlos Henrique Silva de Castro, Luiz Henrique Magnani, Luiz Otávio Costa Marques

contexto brasileiro podem suscitar pautas de interesse mais amplo para as esferas da linguagem e da educação.	
direito de inserir o conceito de inclusão nos debates das políticas educacionais do campo, o que também se relaciona com a luta defender a terra e a reforma agrária popular.	Arlete Ramos dos Santos, Lia Pinheiro Barbosa

Fonte: quadro elaborado pelas autoras.

7. Considerações finais

Educação do campo e conectividade rural são temas que necessitam de estudos com dados que representem suas realidades, a fim de corroborar com informações que possam ajudar na construção de agenda pública prática e possível, para uma transformação sustentável dessas regiões. O Brasil, mesmo que constitucionalmente reconheça a educação como necessidade, ainda não traz as condições adequadas para que aquela seja aplicada da forma como deveria. Tal deficiência, que já é grande em muitas áreas urbanas, torna-se ainda mais aguda no campo (PASSADOR, 2006, 2015).

O Projeto Piauí Conectado se consolida como uma política pública exitosa no acesso e democratização à internet nas áreas da educação, da saúde e da segurança, promovendo a inclusão social em todo o Estado.

Com os resultados apresentados, se considera algumas possibilidades de estudos futuros:

1) Levantar sistematicamente o uso de novas tecnologias em escolas do campo, em diferentes regiões do país, de forma que seja possível mapear o acesso e as práticas pedagógicas.

2) Ampliar a identificação de políticas públicas educacionais, da esfera municipal, estadual e federal, que favorecem a inclusão tecnológica nas escolas do campo.

3) Realizar mais estudos empíricos que possam mostrar a realidade das práticas pedagógicas nas escolas do campo.

4) Analisar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a sua interface com a escola do campo e o acesso tecnológico.

5) Ampliar as pesquisas sobre a escola do campo e o acesso às tecnologias

conhecendo a realidade de outros países da América Latina.

Assim, este estudo recomenda que mais pesquisas sejam feitas para se construir um arcabouço teórico com dados substanciais do tema aqui explorado, que possa ser útil para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais para a educação do campo.

Referências bibliográficas

- ASSUNÇÃO, A. dos S. A prática da Educação do Campo e os paradigmas agrários na Geografia. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 5, e6698, 2020. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e6698>. Acesso em: 13/01/22.
- BORGES, M., Marcelites, E. J., & FINATTO, R. A. Interfaces entre a Educação do Campo e a Agroecologia em áreas de assentamentos rurais no estado do Paraná. *Ateliê Geográfico*, 14(1), 283–304, 2020. <https://doi.org/10.5216/ag.v14i1.56336>. Acesso em: 10/01/22
- BOSIO, CAMACHO, SEGURA, ZIEGLER. Conectividade rural na américa latina e no caribe uma ponte para o desenvolvimento sustentável em tempos de pandemia, 2020. <https://iica.int/sites/default/files/2020-10/BVE20108887p.pdf>. Acesso em: 10/01/22.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação Pública, Educação Alternativa, Educação Popular e Educação Do Campo: Algumas Lembranças e Divagações. *Educação & Sociedade* [online]. 2021, v. 42 e255951. <https://doi.org/10.1590/ES.255951>. Acesso: em 20/02/22.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Covid 19 – Painel de Controle. Brasília, 2022. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 20/02/22.
- BRASIL, A., & SILVA, C. da. O povo indígena Apinayé e o acesso à licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins: Algumas reflexões. 2020, <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4752>. Acesso em 13/04/2022.
- BRITO-OLIVEIRA, N., Ramos dos SANTOS, A., & Ramos dos SANTOS, IT. A Educação Escolar Quilombola na Perspectiva do Campo: O Camponês Quilombola. *Revista Colombiana de Educação*, 1 (80). <https://doi.org/10.17227/rce.num80-10802>. Acesso em 20/02/2022.
- CASTRO, C. H. S. de. Universidade, letramentos e novas tecnologias no contexto da Educação do Campo. *Texto Livre*, Belo Horizonte-MG, v. 14, n. 1, p. e26765, 2021. DOI:10.35699/1983-3652.2021.26765.Em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivres/article/view/26765>. Acesso em 26/01/22.
- CENSO ESCOLAR 2021. INEP. Em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em 10/01/22.

- CORRÊA, S. R. M., & NASCIMENTO, M. D. F. do. Desenvolvimento rural e educação do campo na Amazônia: um estudo da experiência de “transição agroecológica” no MST. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 6, e12229. (2021) <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e12229>. Acesso em 12/04/22.
- FERNANDES, Filipe Santos. Formação de Professores de Matemática em Licenciaturas em Educação do Campo: entre cartas, epistemologias e currículos. 2019, v. 33, n. 63 Disponível. <https://doi.org/10.1590/1980-4415v33n63a02>. Acesso em 12/04/22.
- FRANÇA, D. de MC, & FARENZENA, N. Instituições, interesses, ideias e atores: Uma análise do Pronacampo a partir de uma abordagem cognitiva. *Arquivos de Análise de Políticas Educacionais*, 26,80. 2018.<https://doi.org/10.14507/epaa.26.3376>. Acesso em 20/03/22.
- FELBERG, A., & SILVA, G. de J. Educação do Campo e Autonomia: desenvolvimento comunitário e pedagogia de participação no Assentamento do Movimento Sem Terra [MST], Luís Inácio Lula da Silva (Lulão). *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 2018. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n2p381>. Acesso em 20/03/22.
- FERREIRA DE ALMEIDA, S.; CENACHI BARCELOS, D.; RIBEIRO GOMES, D. Educação do Campo como expressão do legado de Paulo Freire: educar para a liberdade na licenciatura por meio da Pedagogia da Alternância e do Projeto de Estudo Temático. *Práxis Educativa*, v. 16, p.1-19, 2021. <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16624>. Acesso em: 23/03/22.
- FODITSCH, Nathalia. O que é conectividade significativa e quais políticas públicas podem viabilizá-la. Disponível em: <https://teletime.com.br/31/03/2023/o-que-e-conectividade-significativa-e-quais-politicas-publicas-podem-viabiliza-la/>.TELETIME, 2023. Acesso em 01/06/2023.
- GARCIA, Janaina. Exclusão digital na pandemia é nova forma de discriminação. UOL. 2020. Em <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/08/05/exclusao-digital-na-pandemia-e-nova-forma-de-discriminacao-diz-ativista.htm>. Acesso em: 15/03/22.
- GARSKE, L. M. N., Castilho, L. A., & CÂNDIDO, C. Organização da escola do campo: concepções e expectativas de professores. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 4, e5509. 2019 <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.v4e5509>. Acesso em: 07/04/2022.
- GOVERNO DO PIAUÍ, 2023. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/noticias/com-excelentes-resultados-projeto-piaui-connectado-se-consolida-como-politica-publica/>.Acesso em 10/03/2023.

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS AN-BRASIL –INEP. Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021. Brasília, DF: Inep, 2021.
- KOLLING, Edgar Jorge, NÉRY, Irmão, MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). Por uma educação básica do campo. Universidade de Brasília: DF, 1999.
- LOTTERMANN, O., & FRANTZ, W. Curso de Agricultor Familiar: possíveis aproximações com a Educação Popular e a Educação do Campo. Revista Brasileira De Educação Do Campo, 5, e7368. 2020. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e7368>. Acesso em: 20/04/22.
- MARIA DA SILVA LIMA, I.; ANTÔNIO MUFARREJ HAGE, S.; DUSTAN LUCAS DE SOUZA, D. O legado de Paulo Freire em marcha na Educação e na Escola do Campo. Práxis Educativa, v. 16, p. 1-17, 19 mar. 2021. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.16.16683039>. Acesso em: 12/04/2022.
- MINHA CONEXÃO, 2023. Disponível em: <https://www.minhaconexao.com.br/ranking>. Acesso em 10/03/2023.
- PPP PIAUÍ, 2023. Disponível em: <http://www.ppp.pi.gov.br/pppteste/index.php/projetos/contratados/piaui-connectado/>. Acesso em 10/03/2023.
- MOLINA, Mônica Castagna, Antunes-Rocha, Maria Isabel e Martins, Maria de Fátima Almeida. A produção do conhecimento na licenciatura em Educação do Campo: desafios e possibilidades para o fortalecimento da educação do campo. Revista Brasileira de Educação. 2019. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240051>. Acesso em: 03/04/22.
- NERI, Marcelo. (Coord.). Mapa de Inclusão Digital. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012. <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/20738/Sumario-Executivo-Mapa-da-Inclusao-Digital.pdf>
- NETO, V. F., & GUIDA, A. M. A constituição do Sujeito-Mãe nos livros didáticos de matemática da Educação do Campo. 2020. Educação, 45(1), e86/ 1–24. <https://doi.org/10.5902/1984644438457>. Acesso em: 12/04/22.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Pandemia da doença de coronavírus. OMS, 2022. Em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em: 20/04/22.
- PASSADOR, C.S. Observações sobre educação no campo e desenvolvimento no Brasil. Annablume, SP. Brasília: INEP CAPES- IPEA, 2015.
- PASSADOR, CS. A educação rural no Brasil: o caso da Escola de Campo no Paraná. Annablume, SP, 2006.
- ROCILLO, Paloma. O que é conectividade significativa e quais políticas públicas podem viabilizá-la. Disponível em: <https://teletime.com.br/31/03/2023/o->

- que-e-conectividade-significativa-e-quais-politicas-publicas-podem-viabiliza-la/.TELETIME, 2023. Acesso em 01/06/2023.
- SANTOS, Marilene. Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. 2018. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002600965>. Acesso em: 20/04/22.
- SPAGNOLO, G. Ações Concretas de Inclusão Digital, 2003. Em <www.softwarelivre.org/news/1438> Acesso em: 10/01/22.
- SACHS, Línlya e Alves, WHENDELLY, Lorena Leite. A construção coletiva do inventário da realidade na educação do campo. Educação & Sociedade, 2021. <https://doi.org/10.1590/ES.237468>. Acesso em: 01/04/22.
- VERDÉRIO, A.; JUNKERFEUERBORN DE BARROS, A. A Educação do Campo frente à Base Nacional Comum Curricular. Práxis Educativa, v. 15, p. 1-16, 15 out. 2020. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15299.100>. Acesso em: 12/02/22.
- SILVA, C. da, Suarte, LB de O., & LEITÃO, RR de S. Educação do campo na rede pública de ensino do estado do Tocantins, Brasil (1999-2013), 2020. <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4526>. Acesso em: 12/02/22.
- SILVA, GAB e, Louredo, F. de SG, & DA COSTA, FJL. Políticas públicas para a educação do campo: uma revisão sistemática das publicações brasileiras. Arquivos de Análise de Políticas Educacionais, 27, 81. 2019. <https://doi.org/10.14507/epaa.273829>. Acesso em: 08/01/22.
- SILVÉRIO, L. D., & MOREIRA Rezen-de Isobe, R. Educação do Campo em perspectiva: história, política pública e formação continuada de professores/as do ensino básico. Revista Brasileira De Educação Do Campo, 5, e6894. 2020. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e6894>. Acesso em: 01/02/22.
- SOUZA, M. A. de. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. Educação & Sociedade, 29 (105), 1089–1111. São Paulo: 2008. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000400008>.
- VALADÃO, A. D., SANTOS, K. M., Pinto, T. C., & Silva Tico, K. A. A Educação do Campo no Brasil sob as lentes dos estudos culturais pós-estruturalista: um olhar para publicações em periódicos científicos. Revista Brasileira De Educação Do Campo, 6, e8629. 2021. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e8629>. Acesso em: 12/01/22.
- VALADÃO, A. D. Resenha: Granereau, A. O Livro de Lauzun: onde começou a Pedagogia da Alternância. Fortaleza: Edições UFC. Revista Brasileira

De Educação Do Campo, 5, e10380.
2020. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e10380>. Acesso em: 12/03/22.

VIZOLLI, Idemar, AIRES, Helena Quirino Porto e BARRETO, Mylena Gonçalves. A Pedagogia da Alternância presente nos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas Famílias Agrícolas do Tocantins. Educação e Pesquisa, 2018. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201844166920>. Acesso em: 13/01/22. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal PNAD contínua 2018 - análise dos resultados. IBGE. Disponível em https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Acesso_Internet_Televisao_e_Posse_Telefone_Movel_2018/Analise_dos_resultados_TIC_2018.pdf. Acesso em: 20/04/22. Acesso à internet foi maior dificuldade de alunos da rede pública em 2020. UNDIME. 2021. Disponível em: <http://undime.org.br/noticia/12-03-2021-15-02-acesso-a-internet-foi-maior-dificuldade-de-alunos-da-rede-publica-em-2020>. Acesso em: 10/04/22.